

As Origens da Economia Política Clássica Parte I

Prof. José Luis Oreiro

Departamento de Economia - UNB

As origens da economia política

- Por volta de meados do século XVIII observa-se uma crescente concentração de escritos a respeito de temas econômicos, mais precisamente, temas relacionados à vida comercial.
- O que diferencia esses escritos dos trabalhos anteriores é que tais temas passam a ser vistos como temas suscetíveis de análise científica.
 - Infusão de procedimentos intelectuais oriundos da filosofia e das ciências da natureza.
- Os escritores desses tratados são agora livre-pensadores cujo interesse é analisar de forma sistemática a reprodução da vida material em sociedades mercantis.
 - Esse é o objeto da economia política: as relações entre os homens na reprodução da vida material.

O ponto de partida

- Existem certas dificuldades metodológicas com a definição do ponto de partida da economia política.
 - O que se entende por “ciência válida” hoje em dia afeta e condiciona as interpretações sobre o passado, produzindo-se uma multiplicidade de “histórias do pensamento econômico”.
 - Natureza da ciência: a economia política tem um objeto de estudo – as relações mercantis – que sofre contínua transformação e tem a sua vigência datada.

O ponto de partida

- *“Pelo fato de alguns itens da temática econômica antecederem o ambiente vital da economia política, houve uma reflexão sobre problemas econômicos antes da constituição de um sistema de pensamento econômico minimamente identificado. Reconhecer manifestações remotas de pensamento não nos deve levar a deixar de caracterizar a economia política como um sistema datado, o que de antemão condiciona historicamente o seu ponto de partida”* (Coutinho, 1991, p.20).

O ponto de partida

- Outro problema para a identificação do ponto de partida da economia política refere-se a natureza da ciência em formação.
 - No caso do ponto de partida devemos caracterizar não uma escola ou período; mas os condicionantes da formação de um campo específico e delimitado de especulação.
 - A delimitação do campo de investigação científica e da metodologia pertinente estava ainda em processo durante a fase dos “precursores”. Dessa forma, os mesmos acabaram por mesclar a reflexão econômica e diversos outros tópicos (administração pública, filosofia política e etc).
 - Não podemos procurar nos precursores a estrutura de um sistema ainda não constituído.

As raízes da economia política

- Existem elementos nos escritos dos precursores da economia política que nos permitem considerar a economia política tanto como um desdobramento da filosofia do direito natural, como uma resposta específica às questões suscitadas pelo crescimento agrícola e manufatureiro anterior à Revolução Industrial, bem como o elemento político contido na ideologia liberal.
 - Racionalismo e Iluminismo
 - Controvérsias sobre temas econômicos correntes.
 - Liberalismo.

Racionalismo e Iluminismo

- O Racionalismo e o Iluminismo se constituem nas raízes filosóficas da economia política.
- *Jusnaturalismo*: Existência de uma “natureza humana”, a qual condiciona e determina a ação dos homens e que pode ser conhecida pela Razão. Daqui se segue que o comportamento humano é tido como certo e regular, sendo passível, portanto, de conhecimento por parte da razão.
- Do *Jusnaturalismo* a economia política também herda o debate sobre os fundamentos da vida em sociedade.
 - O racionalismo Jusnaturalista funda o Estado e a legitimidade do poder na contraposição entre a sociedade civil e o estado da natureza.
 - Hobbes: “*Hominis lupus hominus*”.
 - No estado da natureza, os homens seguem os seus instintos básicos e o resultado é o caos e a desordem. O poder do Estado se legitima como necessário para garantir a ordem social.
 - A uma tensão na filosofia *Jusnaturalista* que se expressa na conciliação problemática entre a liberdade individual e a vida em sociedade.
- A economia política propõe uma solução para esse problema ao postular que na sociedade econômica a busca do benefício privado irá redundar em benefício para toda a sociedade.

Controvérsias sobre temas econômicos

- Tanto na França como na Inglaterra as controvérsias sobre economia e política econômica ganharam um enorme espaço nos séculos XVII e XVIII.
 - Mercantilismo: Trata-se de um corpo integrado de políticas de Estado em defesa da Riqueza nacional.
- Deve-se ressaltar que não existe sob o mercantilismo um pensamento econômico uniforme e muito menos uma escola de pensamento.
 - Os autores mercantilistas divergem em numerosas questões e suas idéias não são apresentadas por um conjunto de procedimentos minimamente coerente.
 - A sua importância para o desenvolvimento da economia política está em colocar o pano de fundo para o posterior desenvolvimento da reflexão sistemática em economia.
- As questões colocadas pelos mercantilismo eram aquelas relacionadas a existência dos Estados Nacionais: discussão a respeito da riqueza da nação e do soberano, digressões a respeito das causas do atraso e do progresso das nações, existência de “puzzles” como, por exemplo, a ultrapassagem dos países Ibéricos pela Holanda e posteriormente pela Inglaterra.

A bandeira do Liberalismo

- Uma parte do sucesso da difusão da economia política deve-se ao fato de que ela deu substrato científico ao liberalismo de meados do século XVIII.
- Deve-se observar, contudo, que o liberalismo não é um mero apêndice ideológico à ciência da economia política, mas é um dos seus elementos constitutivos.
 - Para que se possa entender o porque dessa afirmação temos que remeter a economia política ao ambiente político e filosófico que a envolveu.
 - Iluminismo: “conhecer para prescrever”.
 - O liberalismo considera a existência de leis econômicas naturais, as quais o governo deveria se esforçar por preservar.
- Não existiria uma incompatibilidade entre a admissão da existência de “leis econômicas naturais” e o entendimento de que o conhecimento deve ser utilizado para transformar a sociedade?
- Naquelas circunstâncias históricas tal incompatibilidade não existiria, isso porque o liberalismo se opunha ao mercantilismo e aos obstáculos que as políticas mercantilistas impunham ao progresso das leis naturais.

Os Fisiocratas

- A escola fisiocrata deve ser considerada um elemento importante para a constituição da economia política clássica, isso porque ela foi capaz de subordinar a intervenção nas questões concretas da vida econômica à um sistema de elevado grau de abstração.
- Contribuição mais marcante: entendimento do sistema econômico como um conjunto de grupos sociais e setores produtivos interligados entre si por fluxos mercantis; a noção de excedente econômico e de produtividade do trabalho; clara compreensão do conceito de capital e da subordinação do desenvolvimento econômico à acumulação de capital.
- Auto intitulam-se fisiocratas um grupo de pensadores franceses reunidos em torno da liderança intelectual de F. Quesnay.
- O universo social seria regido por leis naturais, as quais compreendiam leis físicas e morais.
 - A “ordem natural” da sociedade não é, contudo, da mesma ordem que a da natureza física: os seres humanos podem criar obstáculos a sua realização.
 - O Soberano não deveria impor leis que estivessem em desacordo com as leis naturais.

Os Fisiocratas

- A questão concreta que mais preocupava os autores fisiocratas era a questão referente ao atraso econômico relativo que a França tinha com respeito a Inglaterra.
- Três tópicos principais na agenda política fisiocrata:
 - Defesa do livre-comércio.
 - Defesa do Imposto único
 - Atenção à infra-estrutura produtiva.

Agenda Política

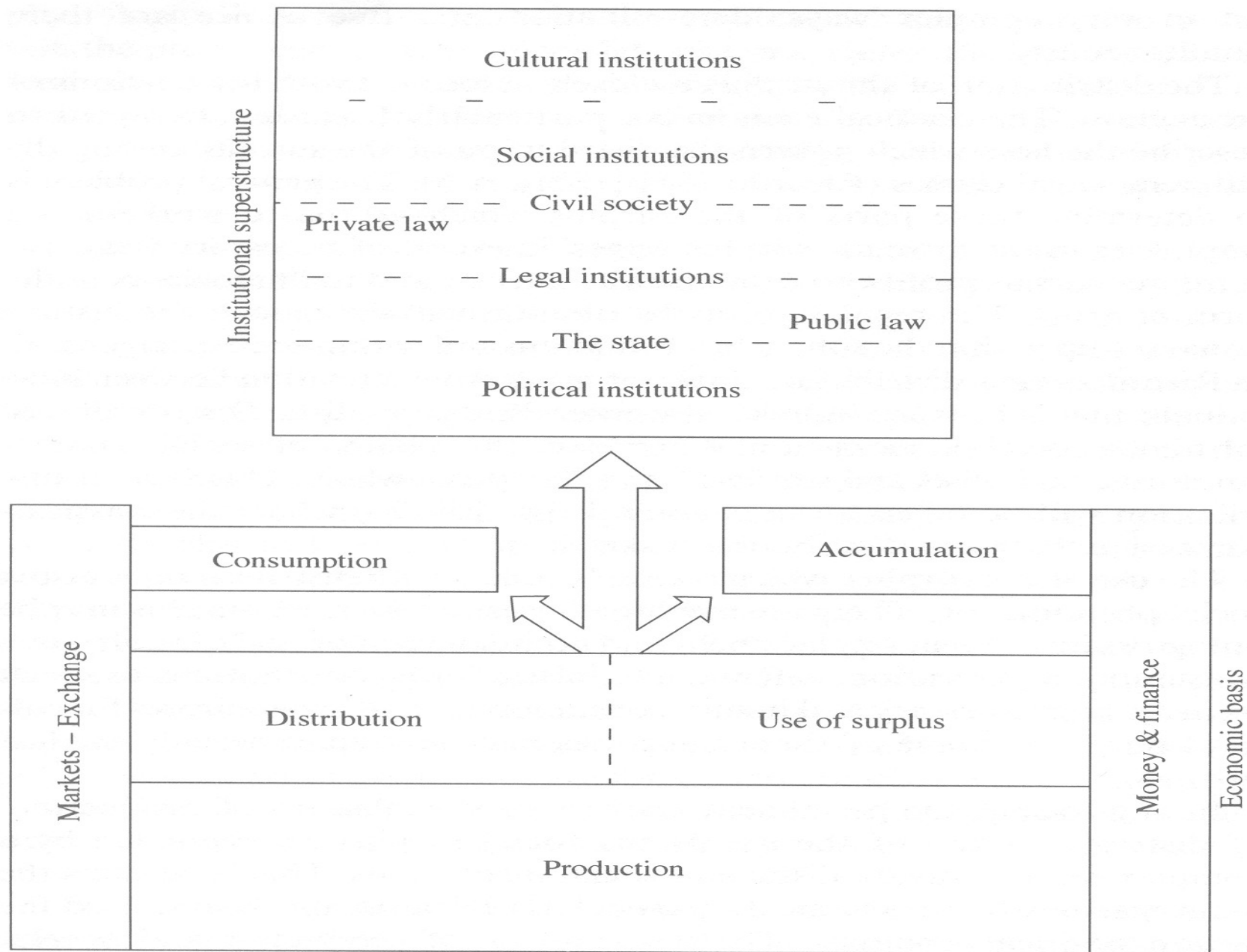
- Segundo Quesnay, o livre-comércio de cereais seria a condição necessária para a estabilização dos preços agrícolas.
 - A política Colbertista de cerceamento à exportação de cereais e ao livre-comércio dos mesmos dentro das fronteiras nacionais teria contribuído para manter os preços dos gêneros agrícolas num patamar baixo, desestimulando a produção agrícola.
- O imposto único sobre a renda fundiária beneficiaria toda a nação pois nem deprimiria a subsistência dos trabalhadores e nem a capacidade de investimento dos empresários.
- Por fim, a realização de obras de infra-estrutura, tais como drenagens e estradas, seria uma destinação útil ao excedente convertido em renda, o que permitiria um maior desenvolvimento econômico.
 - *“O laissez-faire não implicava omissão do poder público. Muito ao contrário, fornecia o arcabouço de um amplo programa de transformações econômicas”* (Coutinho, 1991, p.65).

Viés Agrícola

- O “viés agrícola” típico do pensamento fisiocrático não se origina de um culto ingênuo a natureza, mas de uma rigorosa exigência do sistema de pensamento fisiocrático.
 - Os fisiocratas estavam interessados fundamentalmente na análise das “leis naturais” que permitem a “reprodução contínua” da vida social, portanto, o seu foco de análise é a “teoria da reprodução”.
 - A reprodução da vida social exige a geração de um excedente econômico que permita não só a manutenção dos indivíduos que não trabalham diretamente na produção de gêneros de subsistência como também permita a “reprodução ampliada” da vida econômica ao longo do tempo.
 - A subsistência é definida como o consumo de gêneros agrícolas, dessa forma, o excedente tem que ser definido como o excesso de produção agrícola sobre os insumos.

A Noção de Excedente Econômico

- Definição de excedente: é aquela parte da riqueza da sociedade que excede a riqueza consumida ao longo do processo produtivo.
 - O excedente é importante quer por ser a base de um consumo superior ou não-necessário quer por ser a fonte de crescimento do sistema por intermédio da acumulação de uma parte desse excedente.
 - Além disso, a existência do excedente permite a construção de uma super-estrutura institucional que regula os aspetos legal, social, político e cultural da sociedade.



Scheme 1.

A Noção ...

- A noção de excedente econômico coloca três questões para serem debatidas:
 - A avaliação do excedente.
 - A origem do excedente.
 - A atribuição ou a apropriação do excedente.

A Avaliação e a Origem do Excedente

- Para autores como Napoleoni (1978), os fisiocratas nunca foram capazes de avaliar o excedente em termos de valor, mas unicamente em termos físicos.
 - A avaliação em termos de valor implicaria na utilização de uma “teoria do valor”, a qual nunca foi desenvolvida pelos fisiocratas.
 - Dada a inexistência dessa teoria, os fisiocratas só podiam avaliar o excedente naqueles setores de atividade nos quais cada um dos bens empregados no processo produtivo se encontra em maior quantidade no conjunto de bens produzidos pelo próprio setor.
 - Esse setor é obviamente a agricultura.
- Se o excedente surge precisamente naquela atividade em que a terra intervém como elemento determinante do processo produtivo, segue-se que é a própria terra que se atribui o poder de dar origem ao produto líquido.
 - O único trabalho produtivo é o trabalho agrícola e o excedente se origina da “fertilidade natural do solo”.

A Atribuição do Excedente

- No que se refere ao problema da atribuição do excedente, o pensamento fisiocrático se caracteriza pelo fato de que o produto líquido é inteiramente apropriado sob a forma de renda fundiária.
 - A renda obtida pelo arrendatário da terra não é considerada como lucro, mas como parte dos gastos de produção e assimilada ao salário do trabalhador agrícola.